

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017:**

---Aos **catorze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos **Primeiro e Segundo Secretários da Mesa**, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Luciana Brochado de Azevedo, em substituição de Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins,
Alberto de Barros Paquete,
Artur Jorge da Silva Viana,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Paulo José dos Santos Lopes, em substituição de Paula Alexandra Henriques Machado,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 18 horas e 25 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Jaquelina Casado Afonso Areias, e
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: Dr.ª Luzia Filipa Carvalho



Miquelino, António Sousa Cepa e António Vendeiro Catarino.-----

---Não compareceram inicialmente os membros municipais: Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, tendo chegado pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, Manuel Eiras Martins de Abreu, tendo chegado pelas dezoito horas e cinquenta minutos e a Sr.ª Vereadora Dr.ª Berta Filipa Gonçalves Viana, tendo chegado pelas vinte horas e vinte minutos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2017 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de junho de 2017 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2017.-----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os membros da Assembleia Municipal, Luciana Brochado de Azevedo, Paulo José dos Santos Lopes e António Martins Neves.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Paulo Fernando Alves Marques, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando um voto de pesar subscrito por todos os grupos políticos com representação na Assembleia Municipal:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SRA. D. EMÍLIA DE SÁ PENTEADO.--

“Tendo falecido recentemente com a idade de 100 anos a Sra. D. Emília de Sá Penteado, natural da freguesia de Vila Chã, onde residia, mãe do Ilustre Deputado Municipal desta Assembleia, Dr. Manuel Albino Penteado Neiva, líder da bancada Municipal do Grupo Político do PSD, propomos a esta Assembleia que aprove um VOTO DE PESAR por tão doloroso acontecimento e se manifeste à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.-----

De seguida pelo Sr. Deputado Municipal, foi apresentada a declaração que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes da Junta de Freguesia

Público aqui presente

No momento em que vivemos o fim do cumprimento de mais um mandato autárquico nesta Assembleia Municipal, é tempo de passar um olhar por estes quatro anos de mandato e refletir se valeu ou não a dedicação de todos nós para dignificar este órgão que é, por excelência, aquele onde se discutem, debatem e aprovam as políticas locais, regionais e, também, as nacionais.

Foi isso o que procuramos fazer nesta Assembleia, quer a nível pessoal, quer em nome do grupo político do PSD, do qual tive a honra de fazer parte pela primeira vez, formulando desde já os meus agradecimentos a todos os colegas deputados municipais pela colaboração e empenho que sempre demonstraram, assim como a forma elevada como souberam propor e discutir todos os assuntos agendados.

Neste mandato particularmente difícil dada a implementação da nova divisão administrativa do território municipal, todos tivemos oportunidade, democraticamente, de apresentar as nossas ideias, de as debater, de formular e tomar posições distintas, tudo num clima de respeito mútuo, demonstrativo da maturidade política da população que aqui representamos.

Neste contexto, queremos deixar uma palavra de reconhecimento ao executivo municipal pelo excelente trabalho desenvolvido neste mandato, sabiamente liderado pelo Arqto. Benjamim Pereira, que sempre esteve à altura dos desafios e constrangimentos que foram colocados em tempo de assistência financeira internacional ao nosso país e que, mesmo assim, teve visão para implementar estratégias que permitiram que o Município de Esposende tenha sido considerado um Município exemplar na gestão dos dinheiros públicos e ainda implementar políticas locais que na globalidade foram de encontro às necessidades e anseios da população do nosso concelho.

Olhando para trás é com regozijo que verifico que com o atual executivo camarário, para além de muitas outras obras e ações que poderiam aqui ser referidas, o nosso concelho tem um PDM atualizado, a marina da doca de pesca está navegável, a barra da foz do Rio Cávado está reconstruída, o projeto da construção de um canal de proteção e gestão de riscos, cheias e inundações está prestes a ser executado, a iluminação pública foi melhorada, os proprietários e residentes deste concelho beneficiam de isenção das tarifas de ligação e contratação dos serviços de água e saneamento, o IMI desceu à taxa mínima, rede municipal de ciclovias e ecovias aumentou significativamente, a ação social está presente e disponível para os mais carenciados, as associações do concelho estão com uma atitude dinâmica, as escolas do concelho foram melhoradas, a cultura foi intensamente dinamizada, as contas do grupo municipal estão consolidadas.

Assim, de uma forma simples e humilde, agradecemos a confiança que sobre nós depositaram, assim como a cortesia, a urbanidade, o zelo, a lisura e a amizade com que nos trataram. Aos caros colegas das diferentes bancadas desta assembleia, um cumprimento especial, pois, afinal, todos estamos convictos de que o Poder Local está bem vivo, é necessário e, para bem

Art
38

da democracia, se espera seja reforçado numa próxima revisão da Lei das Autarquias Locais. Por último, não posso deixar de me referir ao momento político que se avizinha e para o qual todos nos andamos a preparar. Todos sabemos que "o calor" de uma eleição autárquica leva a que se exacerbam os ânimos, que se exagerem os confrontos, que se extremem as opiniões. É tudo natural que assim seja e tudo isso faz parte das vivências democráticas. Contudo, e daqui lanço um apelo, gostaríamos que se evitasse a passagem de algumas fronteiras que vão para além da discussão de propostas, projetos e ideias, entrando, por vezes, nos domínios pessoais, na área do insulto, da calúnia, da difamação e da mentira. Com 43 anos de vida democrática todos sabemos que esta via não conduz à vitória, mas antes é passo para o precipício da derrota eleitoral. É bom que se fale com verdade, sinceridade e transparência aos nossos eleitores. Eles merecem e nós, que estamos na vida política ativa, devemos ter esses princípios e essa postura.

O PSD do concelho de Esposende, nestes últimos vinte e sete anos, mudou a imagem do nosso concelho. Somos uma referência quanto ao desenvolvimento, quanto ao sentido de modernidade e quanto ao rigor na gestão dos dinheiros públicos, o que muito nos orgulha. Não vale a pena ignorar tudo isso pois todos os dias a comunicação social, os relatórios públicos, os estudos académicos demonstram esses índices e essas opiniões.

Com tranquilidade queremos continuar a afirmar o concelho de Esposende no distrito e no país, pois até agora demonstramos saber estar na política com responsabilidade e temos uma estratégia de continuidade com progresso, trazendo ainda mais dinâmica, mais recursos e, naturalmente, novos projetos para a nossa terra.

Como é natural, todos desejamos que os nossos candidatos do PSD venham a fazer o que faz falta. Não queremos, de forma alguma, que prometam fazer o que está feito ou vivam à sombra do passado. Tenho a certeza que os candidatos do PSD que concorrem à Câmara, à Assembleia Municipal e às Juntas e Assembleias de Freguesia são os melhores e estarão sempre na primeira linha a lutar pelo progresso de Esposende.

Assim, espero que possamos nos esforçar por sermos cidadãos exemplares. Estas são as minhas palavras que deixo com todos, independentemente do partido, credo, religião ou filosofia política."

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Ex.mas Senhoras e senhores vereadores
Ex.mas Senhoras e senhores deputados municipais
E restante público aqui presente*

Sem me alongar muito, porque será esta a minha última intervenção nesta Assembleia, independentemente de pequenos comentários que possamos fazer mais à frente, mas quero deixar aqui um reparo, que considero importante, porque já muitas vezes tenho aqui feito nesta Assembleia, o pedido da lista das obras Camarárias, executadas ao longo destes últimos tempos, que tanto se publicitou em "outdoors" e jornais e infelizmente ainda continuo sem receber essa informação.

Claro que depois não podemos comentar tudo o que era desejável, porque a informação não

nos chega.

E para que não falhem outras situações, quero deixar um alerta relativamente às ecovias que muito me congratulo com o seu início de obras, é uma obra fundamental na mobilidade sustentável do nosso concelho e que vai ligar a outros concelhos e dar uma dimensão maior na componente turística. No entanto, há ali um troço em Fonte Boa, na Ecovia do Cávado, que ficou parado. Parece que por pequenos desentendimentos e já que se vai começar a fazer outros lanços da ecovia do litoral norte, convém que tudo se fale, tudo se converse com os proprietários, para evitar que surjam situações que façam parar uma obra, podendo eventualmente fazer encarecer essa obra, sabendo que são dinheiros da Polis, mas que temos responsabilidades como Câmara Municipal e também como imagem do trabalho que é desempenhado, fica portanto desde já este alerta, até porque vão avançar três troços e é importante que se façam de forma célere.

Também foi anunciado no dia 19, dia do feriado municipal, que, finalmente temos as minutas do contrato para aquisição, ou aluguer, quer da Estação Rádio Naval de Apúlia, quer do Forte S. João Batista. Eu já começo a ter que ver para crer, porque já se anda a falar disto desde o anterior mandato, passaram-se quatro anos a falar disto e agora nas últimas semanas diz-se que finalmente temos luz verde acesa, mas é apenas uma minuta, eu gostaria de ver esse contrato assinado e não a minuta, que seria uma grande conquista para este executivo como é óbvio, mas acima de tudo para todos os munícipes de Esposende, já que é um património que vemos deteriorar-se de dia para dia e é uma imagem muito fraca de Esposende que damos a todos aqueles que nos visitam.

Outra questão que gostaria de colocar ao Senhor Presidente, é que foi noticiado que houve uma atribuição de um subsídio de cerca de cem mil euros à Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

Não estando contra a atribuição do subsídio, até porque estão a ser feitas obras, mas gostaria de saber se há alguma regulamentação quando se faz uma atribuição de um subsídio. Porque, refiro, disseram-me que a Santa Casa da Misericórdia tem uma conta bancária bastante significativa, não sei se será suficiente ou não para a execução das obras, mas se a instituição apresenta saldos positivos, talvez seja de ponderar a atribuição de bens públicos, não indo contra esta ou aquela entidade digo, a Câmara deve ajudar aqueles que precisam e que estão ao serviço do povo.

Outra questão que veio nas notícias mais recentemente, que acho algo estranho é a forma como a Câmara publicita certas obras, um dos títulos referia que: "Câmara Municipal de Esposende financia obras de alargamento em rua de Belinho".

Quando se utiliza o termo financia, dá a impressão que está a emprestar dinheiro e que depois até o vai recuperar, que eu saiba, todas as infraestruturas de obras executadas nas juntas de freguesias, são com comparticipação da Câmara, porque as juntas, o dinheiro que têm para a gestão própria é para a gestão corrente e não para execução de obras. Portanto, acho que este termo financia, está de uma forma exagerada, porque a Câmara Municipal executa as obras é essa a função da Câmara e a junta, a única função que tem é orientar e dizer: "nós precisamos destas obras", por isso esta forma de dizer financia, parece-me algo estranho nos meios de comunicação da Câmara.

Mas como a Assembleia de hoje se pretende seja mais rápida, por isso é que foi marcada a esta hora, quero apenas agradecer a todos os presentes aqui, desde o Senhor Presidente da Assembleia, os que secretariam, o Senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, todos os colegas que durante estes últimos quatro anos trabalharam de forma afincada, defendendo

os seus interesses, uns claramente mais do que outros, mas é importante dar a cara acima de tudo e não ter medo de vir aqui acima, denunciar alguns aspetos, questionar, porque foi para isso realmente que fomos eleitos.

Esta Assembleia tem esta função, muito clara, eu na minha pessoa o digo, que aprendi bastante nos últimos quatro anos, nesta questão política, que também andava fora e sinto-me um pouquinho mais preparado para outros voos, que neste momento me encontro.

Agradecer a todos vocês porque acima de tudo, foram meus colegas, mas também meus professores, para aqueles que são mais experientes nestas lides.

Desde já o meu agradecimento a todos, em particular ao público que não é tanto como desejávamos, talvez no próximo mandato devamos marcar mais Assembleias a esta hora para ver se cativamos mais pessoas, porque a Assembleia é dos munícipes, é do povo e é para se colocar aqui as questões.

Muito obrigado a todos!"-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

***“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa
Caras (os) Colegas deputadas (os),
Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores
Meus Senhores e Minhas Senhoras***

Estive a rever os poderes/deveres dos deputados municipais! E, após tudo visto, falo-vos nesta última sessão da Assembleia Municipal, do sentimento do dever cumprido. Sim, cumpri com lealdade, com empenho e dedicação as funções que me foram confiadas. Acontece, assim, há 12 anos, o tempo que levo como deputado desta Assembleia Municipal. Sempre, em todos os momentos, em todas as minhas intervenções, procurei dignificar este órgão magno do nosso Município. E assim aconteceu! Nunca abdiquei do sentido crítico, da análise aprofundada e atenta dos assuntos, de todos os assuntos. De forma empenhada cumpri as minhas funções, ora protestando contra medidas/ações levadas a cabo por este município e que, na opinião do PCP, não eram as mais corretas, ora propondo, através de moções, recomendações, propostas medidas, na ótica do PCP, fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Outros optaram pelo silêncio, pela passividade. Não posso deixar, aqui e agora, de verberar, indignado, a atitude de vários membros desta Assembleia que apenas abriam o envelope com os documentos, precisamente, após ou no decurso das sessões. Alguns outros perguntavam para o lado, no decorrer das sessões, qual era a ordem de trabalhos! Estamos perante atitudes que devem envergonhar os seus autores, muitos deles, com responsabilidades, no nosso concelho, na gestão da coisa pública. Uma vergonha!

Sr. Presidente da Assembleia

Temos que ser ambiciosos: esta Assembleia Municipal deve pretender ser a melhor Assembleia Municipal do país. Tudo, mas tudo, deve ser feito para que sejamos visto como um bom exemplo. Não concebo que a larguíssima maioria dos deputados municipais nunca tenha feito uma intervenção. Claro que tudo isto depende da organização interna de cada grupo municipal e não, muitas vezes, da vontade do membro desta Assembleia. A participação dos

deputados municipais não deve quedar-se naquilo a que chamo a presença passiva. Os deputados podem e devem efetuar muito trabalho, ora em sede de comissões permanentes, comissões eventuais, grupos de trabalho temáticos, etc. Participar não se esgota na mera intervenção nas sessões ordinárias ou extraordinárias. Participar passa por ter um papel ativo e funções bem definidas atentas as competências e poderes legais da Assembleia Municipal. E há tanto, tanto para fazer em vertentes fundamentais para o desenvolvimento do concelho, desde a educação/ensino, saúde, ambiente, ordenamento do território, mobilidade, segurança/proteção civil, etc.

Sr. Presidente

Coloco agora algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a saber:

1. Na última sessão da Assembleia Municipal, todos os grupos políticos aprovaram uma recomendação à Câmara Municipal para que, atentas as atribuições deste município e as competências do executivo municipal atinentes à prevenção do ruído e ao controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, com a máxima urgência, iniciasse o procedimento administrativo tendente à elaboração do Regulamento Municipal do Ruído, devendo a conceção deste Regulamento contemplar um capítulo específico relativo a zonas mais sensíveis do concelho onde pontificam espaços de diversão noturna (bares e discotecas). Volvidos mais de dois meses sobre a aprovação da dita recomendação, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se já foram iniciados os trabalhos tendentes à elaboração do Regulamento Municipal do Ruído e, em caso afirmativo, que procedimentos foram efetuados?

2. Pergunto, ainda, qual a data, em concreto, para o início das obras de requalificação da Escola Secundária Henrique Medina?

3. Pergunto, também, se, tal como foi largamente noticiado na publicação Esposende – Boletim Informativo, vai mesmo funcionar em Esposende o ensino superior, através de uma parceria com o Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA)?

4. E as obras na Barra: Pergunto se a intervenção que foi efetuada resolve o problema da segurança da Barra, porquanto vemos, em cada dia que passa, coroas de areia no canal de navegação. Parece, às vezes, que após as obras tudo ficou pior. O que lhe apraz dizer sobre o assunto?

*5. Sr. Presidente da Câmara, sou cada vez mais como o S. Tomé: preciso de ver para crer! Em letras garrafais aparece no n.º 18 da publicação municipal - Esposende – Boletim Informativo – edição de setembro/2017 que **JÁ HÁ ACORDO – FORTE DE S. JOÃO E ESTAÇÃO RADIONAVAL**. Com toda a frontalidade lhe digo, olhos nos olhos, que só acredito, se vir, quer a proposta final para a aquisição da Estação Radionaval de Apúlia, quer a minuta de acordo de cedência do Forte S. João Batista, documentos que, segundo consta, já estarão na sua posse. Se não mostrar estes documentos, estaremos perante mera campanha eleitoral, feita num boletim municipal com o objetivo de obter votos e tudo, não passará, pois, de uma mentira! Aguardo, assim, que me sejam facultados tais documentos.”-----*

Arx
B. Agostinho

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Caros Membros da Mesa
Funcionários
Público Presente*

Nesta última sessão da Assembleia Municipal, convocada para esta hora com o objetivo também de no final podermos fazer um pequeno jantar, logicamente pagando cada um a sua parte, mas que fruto das notícias que ontem nos abalaram e ontem era para ter enviado este convite a todos, fizeram-me mudar de planos, mas ficará para uma próxima oportunidade.

Dizer que nesta última sessão, cabe-me enquanto Presidente da Mesa da Assembleia fazer aqui alguns agradecimentos e antes destes agradecimentos, referir que o papel da Assembleia Municipal, no caso concreto da Assembleia Municipal de Esposende, resulta da Lei 75/2013 e das competências que aí estão consagradas, sabendo nós que é de discussão pública, existe a vontade há muitos anos de reforçar o papel deste órgão que é o órgão deliberativo do Município, mas que, tem ainda hoje um papel menor, em termos de trabalho de acompanhamento até pelo facto de o desempenho destas funções serem feitas para além da nossa vida profissional e logicamente que todos nos disponibilizamos para participar, mas temos que o fazer sempre dentro daquilo que está consagrado na Legislação.

Um agradecimento muito especial aos funcionários anteriores e aos atuais que prestam serviço nesta Assembleia, faço-o não enquanto Presidente da Mesa, mas em nome de todos os Senhores Deputados Municipais e dos Senhores Presidentes de Junta e também da Câmara, pelo inestimável trabalho que fizeram e simplificaram, trabalho árduo, não só durante o período da sessão, mas todo o período de preparação da documentação, de preparação de atas, da disponibilização das atas no nosso site, agora sim com todas disponíveis, é certo que fizeram muito mais para além do âmbito do seu trabalho no seu dia-a-dia na Câmara Municipal, pois não são funcionários exclusivos da Assembleia;

Um agradecimento aos meus colegas de mesa da Assembleia, pelo trabalho e colaboração que prestaram no dia-a-dia, na assinatura de documentos, no controle dos tempos, é justo que também enquanto Presidente diga que o meu trabalho foi simplificado pelo facto de ter dois excelentes secretários que me simplificaram o trabalho;

Um agradecimento muito especial ao público que participou nas várias sessões, todos nós gostaríamos que o público interviesse mais, assistisse mais a estas sessões, mas também não é fácil para as pessoas virem cá no final do seu dia-a-dia;

Um agradecimento à Câmara Municipal e ao seu Executivo Municipal pelo tempo disponibilizado e pela presença contínua em todas as sessões da Assembleia Municipal, sabendo nós que a pressão para tratar das tarefas do executivo, das tarefas do dia-a-dia muitas vezes não se compaginam com o preparar de toda a documentação para a Assembleia Municipal;

Um agradecimento muito especial aos senhores Presidentes de Junta que ativamente participaram nestas sessões da Assembleia Municipal e mesmo quando não puderam estar presentes se fizeram sempre representar o que demonstra a importância que colocam neste Órgão Municipal;

Um agradecimento aos meus colegas da Comissão Permanente, pelo trabalho que foi realizado, muitas vezes não há visibilidade, mas acima de tudo colocamos nessas reuniões da Comissão Permanente, onde são resolvidos alguns problemas, em que houve necessidade também de ter uma atitude de defesa intransigente, da seriedade do trabalho que é feito na Assembleia Municipal, em que houve vontade política de todos os membros dos vários quadrantes políticos, que estavam nesta Comissão Permanente, de defenderem dignamente o trabalho que aqui é realizado.

Antes da palavra final, um agradecimento especial ao Senhor Presidente da Câmara que sempre atuou com uma total transparência e lisura e à forma como sempre disponibilizou e transmitiu toda a informação que lhe foi solicitada, apraz-me registar esta forma de atuar enquanto Presidente de Câmara, enquanto Presidente de um órgão executivo.

Por fim, dizer que, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia, não esquecendo a força política pela qual fui eleito, em que participei ativamente na votação defendendo as posições que entendia, que melhor serviam os interesses das populações, apraz-me registar que tentei sempre e a Mesa tentou sempre atuar com o máximo de independência, sem estar aqui a representar qualquer força política, qualquer grupo político, ou qualquer interesse partidário, mas sim sempre numa tentativa de gerir e colocar em bom funcionamento a Assembleia Municipal.

Congratular-me pelas várias vezes em que, os vários Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta colocaram os seus interesses político-partidários e muitas vezes até ideológicos de parte, para defender os interesses dos munícipes do Concelho de Esposende, colocando de parte muitas vezes até, algumas posições anteriormente assumidas, em que os interesses dos munícipes foram colocados acima de qualquer interesse particular, de qualquer interesse pessoal e muitas vezes, como foi feito aqui por alguns representantes de partidos políticos, louvando e fazendo referências positivas também aquilo que, de muito bem, tem sido feito por este executivo municipal.

Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Público Presente

Caros Funcionários

Membros da Mesa

Desejar a todos aqueles que estão numa luta política, que consigam os resultados melhores que possam atingir, que as populações do Concelho entendam como o mais justo para cada um de nós, também desejar aqueles que hoje não estão aqui presentes, porque entretanto apresentaram suspensão do mandato, também um bom trabalho político e a todos vós que, possivelmente nos poderemos encontrar numa futura Assembleia Municipal, desejar a todos que tenhamos um bom trabalho político, como foi referido aqui pelo Dr. Paulo Marques e um bom desempenho nesta campanha eleitoral, acima de tudo colocando como ponto máximo o respeito pelas populações, o respeito por todos e desejar boa sorte a todos e muita saúde a todos.



Obrigado.”-----

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para intervir no período de Informação.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Presidentes de Junta
Público aqui presente
Membros da Mesa*

Relativamente à Informação Escrita eu penso que ela é elucidativa, daquilo que foi o nosso trabalho desde 21 de junho até ao dia 8 de setembro, portanto se subsistir alguma dúvida, terei todo o gosto em esclarecer.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre a Informação Escrita enviada nos termos legais.-----

Não se tendo verificado qualquer questão nem pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia passou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que o mesmo pudesse usar da palavra e responder também às questões anteriormente colocadas pelos Senhores Deputados Municipais.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou a sua intervenção nos seguintes termos:

“Reiterando os cumprimentos já dados, a primeira palavra vai para o nosso colega de Assembleia, Dr. Penteado Neiva, na sequência da proposta do voto de pesar apresentada. Nós não pudemos fazê-lo em tempo útil na Reunião de Câmara de hoje, porque é obrigatório que os votos de pesar constem da própria ordem de trabalhos, que já estava feita, antes do falecimento da D. Emília, mas demos orientações e pretendíamos que houvesse essa manifestação de pesar, aqui nesta Assembleia. Portanto, a primeira palavra vai para ele e para a família, todos sabemos quão difícil é perder os nossos familiares e estamos solidários com ele e daí a ausência dele aqui, nesta Assembleia.

Agradecer também as palavras do Dr. Paulo Marques, acima de tudo é olhar um bocadinho para os últimos quatro anos, foram quatro anos de muito trabalho, muito envolvimento, efetivamente a relação entre esta Assembleia Municipal e o Executivo foi sempre muito produtiva, de muito respeito de parte a parte obviamente, e é um local onde me sinto completamente à vontade a esclarecer as dúvidas que existem em relação à gestão do Município, porque não tenho para mim que a forma de estar na política é com subterfúgios ou escondendo informação, obviamente que há momentos para tudo, mas, isto é um exercício de

total transparência que temos que ter com os cidadãos, vocês representam os cidadãos era o que faltava que assim não fosse.

Agradecer também, de facto foi uma boa referência o apelo que foi aqui feito pelo Dr. Paulo Marques em relação ao momento que vivemos, no fundo um apelo ao respeito, na certeza de que tudo isto passa, estamos a viver de facto estes momentos um pouco mais quentes um bocadinho, nestes próximos quinze dias, três semanas, mas no dia dois tudo estará terminado e temos que respeitar a vontade do povo seja ela qual for, e temos que continuar o nosso trabalho independentemente da composição que venha a ter esta Assembleia, ou da composição que venha a ter a Câmara Municipal e portanto, a pior coisa que se pode fazer na política é deixar marcas durante quinze dias ou três semanas para a vida toda, perante pessoas que até respeitamos, mas por vezes podemos perder a cabeça, até nos sentirmos atacados e reagir de forma exacerbada. Não faço isso, nunca o fiz e não pretendo fazê-lo e portanto espero que de alguma forma isso decorra exatamente da mesma forma e se atue com respeito.

Obviamente que há questões que têm que ser levantadas, mas sempre dentro desses limites, se o fizermos estamos também a formar bons cidadãos e a dar um bom exemplo daquilo que deve ser o relacionamento institucional entre uma Assembleia e um Executivo e destes órgãos com os cidadãos, na certeza que eles se sintam também representados, se sintam à vontade e que olhem para vós todos e para nós enquanto executivo, no fundo, com confiança, que sintam que vale a pena falar com as pessoas e que os seus problemas serão atendidos na medida do possível, pelo menos que serão ouvidos e depois nós gerimos por outro tipo de critérios, com critérios de equidade, não é possível atender tudo e a todos, tem que haver critérios obviamente, mas desde que esses critérios sejam tranquilos e que sejam totalmente transparentes, isso é que é o verdadeiro exercício de democracia, é assim que ela se coloca no terreno.

Quanto às palavras do Senhor Deputado Dr. Artur Viana, essa listagem de obras foi-me também pedida em Reunião de Câmara e foram entregues as listagens das obras à Dr.ª Berta Viana e ao membro do executivo do Partido Socialista a listagem das obras.

Pressuponho que haja um relacionamento de interligação entre as forças políticas que estão na Assembleia e quem está em representação no Executivo, que permita ter acesso a esses documentos, sendo certo que elas também estão publicitadas em todo o lado.

O que foi dito é que estão lá obras de um milhão, um milhão e meio de euros, mas também estão lá obras de cinco mil euros ou de dez mil euros, que não deixam de ter importância para as pessoas.

Daquilo que foi feito, foi entregue uma listagem das obras e se amanhã quiser uma dessas listagens ser-lhe-á entregue e com certeza o número de obras será outro, amanhã iniciaremos o lançamento de uma empreitada para a substituição da cobertura no bairro do IGAPH, portanto já serão umas cento e sessenta.

Quanto às ecovias, devia ser valorizado é o quanto nós conseguimos em termos de rede de mobilidade suave para este Concelho durante este mandato. Vocês agarram-se aos pormenores, aos problemas que surgem em qualquer obra, estamos a falar de obras muito difíceis de levar por diante e de colocar no terreno, precisamente por via da propriedade privada, que é um problema que nós temos no nosso país e nomeadamente aqui em Esposende e conseguem olhar para a agulha e não ver o palheiro.

Isso são situações que acontecem em qualquer circunstância, em obras desta dimensão, no canal é a mesma coisa, nós temos mais de cento e cinquenta acordos feitos, mas, também estão

quarenta ou cinquenta por fazer, não vai ser assim, vai ser através da declaração de utilidade pública que está pedida há muito tempo e estamos a aguardar para que haja eventualmente expropriações, ou não, até uma proposta final as pessoas ainda estão em tempo de aceitar. Isto é gestão normal de uma Câmara Municipal, mal era se não avançássemos com uma obra porque podia surgir um problema aqui ou ali, nós temos instrumentos na mão para podermos resolver esse tipo de problemas.

-Eu aceito a sugestão digamos, para ter algum cuidado, mas lembre-se, que esta obra que está a arrancar agora é da responsabilidade da Polis Litoral Norte, são os técnicos que são contratados por eles que estão no terreno, a acompanhar os nossos Presidentes de Junta, ou o contrário, a ser acompanhados se calhar por eles, no sentido de resolver esses problemas.

Também sabe muito bem, que em toda esta zona litoral é muito difícil a identificação dos proprietários dos terrenos, nem sequer marcos tem, estamos a falar praticamente de dunas, aquilo que devia ser de carácter público e disso nós não temos culpa, nem eu nem o Senhor Deputado, é hoje de domínio privado, é vergonhoso que assim seja, mas é assim que acontece. Estamos a falar de cerca de cinco milhões de euros que foram investidos em ecovias e ciclovias no concelho durante este mandato, isso é que é digno de registo, se for comparar com outros municípios isso não acontece.

Estamos num centro de mobilidade suave, com as duas ecovias.

Já veio uma resposta do Tribunal de Contas, há uns esclarecimentos a fazer para avançarmos com um troço também até Apúlia.

Vamos mudar radicalmente este concelho no que a isso diz respeito, na certeza que isto é um ativo fundamental como sabe, em termos turísticos para o nosso concelho, difícil, difícil, foi elaborar os projetos e conseguir o financiamento para as obras, de resto, são problemas de "lana-caprina", tudo se resolve.

Quanto à questão da minuta da Estação Rádio Naval, a minuta que existe é do Forte S. João, existe uma proposta final e eu tenho todo o gosto em mostrar-vos essa documentação, de repente, fiquei um bocado triste, porque perdi a credibilidade toda de quatro anos, na última Assembleia Municipal.

Na verdade eu acho que nenhum de vós acredita que eu dissesse que tinha uma minuta final sem a ter, até porque corria o risco de amanhã ser confrontado com isso.

A proposta final do Forte de S. João é de duzentos e quatro mil euros que teremos que pagar por um período de 50 anos. Na proposta constava que a utilização do edifício apenas se cingia ao Acordo que temos com a Universidade do Minho, entendi que a utilização devia estender-se a outros parceiros, nomeadamente ao Fórum Esposendense, ao ICNF e ao IPCA, e como tal solicitei a alteração dessa cláusula, pois pretendemos que estes parceiros façam parte desse centro de divulgação científica que se irá localizar no Forte de S. João.

Quanto à Estação Rádio Naval de Apúlia, eu já expliquei que, o que nos vai ser vendido é apenas a parte correspondente às edificações, são perto de 40.000 m², pelo valor de 936 mil euros, estamos a falar das construções, mais o terreno edificável. A proposta foi-nos feita com um plano de pagamentos para 15 anos, e corresponde, efetivamente, a um pedido que eu fiz, há cerca de um ano a esta parte, porque antecipando que poderíamos ter que pagar eventualmente em prestações. Mas, atendendo ao volume de juros que lá vinha calculado nessa folha, que apontava para a ordem dos 300 mil euros nos 15 anos, juros de 5%, é assim que a tutela nos cobra os juros a todos, penso que os Municípios não são exceção, entendemos responder e dizer que não, o que pretendemos é a liquidação imediata desse valor, felizmente temos condições para o fazer, ou pelo menos em condições muito mais favoráveis recorrendo à

banca, portanto seria ridículo pagar juros a 5%, quando podemos pagar a 1% e temos toda a capacidade de endividamento que vocês nos reconhecem.

Está exatamente assim, chegou a estar agendado para o dia 19 de agosto a assinatura desse protocolo aqui na Câmara, mas depois foi adiado por circunstâncias de indisponibilidade do Senhor Secretário de Estado.

Mas sempre lhe posso dizer, Senhor Deputado e atendendo à força política que representa, que enquanto o PSD e o CDS lá esteve, não vi ninguém do CDS preocupado com isso e estavam no Governo e eu fiz tudo o que pude, fui várias vezes a Lisboa, mas não tive na altura, por parte do Governo anterior, o apoio que precisava para resolver este problema. Infelizmente as coisas são assim, o Governo acabou por sair, mas melhorou com este Governo, fui muito bem recebido pelo Senhor Secretário de Estado Marques Perestrelo, Secretário de Estado da Defesa, já não posso dizer o mesmo na área das Finanças, as coisas correram menos bem. Foi um processo muito complexo, fartamo-nos de insistir com as pessoas até chegarmos a esta situação final, termos as propostas em mão.

Espero que isso se concretize o mais rápido possível efetivamente, para podermos dar o passo seguinte, que é pôr as instituições com as quais nos comprometemos, a colaborar connosco.

Quanto ao apoio à Santa Casa da Misericórdia, não consigo compreender o conceito que tentou trazer cá para fora que é: "só devemos ajudar os que estão com dificuldade, os que gerem mal as instituições", não podemos ajudar só aqueles que estão falidos, se assim fosse nós eramos os primeiros a não ter acesso a Fundos Comunitários nenhuns, o critério nunca pode ser esse, tenham muito, ou tenham pouco, façam uma boa ou uma má gestão todos merecem o nosso apoio, dentro dos mesmos critérios.

A Dr.ª Emília Vilarinho que é a Provedora, veio ter comigo acerca de dois anos a esta parte e pediu apoio para a substituição de um autocarro que tinha atingido o limite de idade, eu insisti para que ela pensasse bem se era mesmo necessário, se tinha muitos serviços, ao qual ela me respondeu uns dias depois, que efetivamente não seria tão essencial, iriam pedir colaboração eventualmente à Junta, mas veio pedir depois apoio para as obras que iriam ser efetuadas nas urgências do Hospital.

Achei que teve uma atitude louvável, era para melhorar os serviços de apoio ao cidadão, por isso entendemos dar aquele apoio.

Até hoje nunca foi esse o critério, saber se a instituição estava bem, ou estava mal, não me parece que a gestão que eles têm feito seja critério determinante para atribuição de ajuda ou não, interessa-me é saber se o dinheiro que nós demos foi aplicado para o fim a que se destinava e se melhoramos a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Quanto à obra financiada em Belinho, a obra não é em Belinho, é em Mar, na Rua da Boucinha e não é verdade o que diz que tem que ser a Câmara a fazer a obra, a Junta pode fazer a obra e a Câmara dá o apoio, nós damos acompanhamento técnico. Ainda hoje foi para a Fonte de Santa Marinha em Rio Tinto, um apoio de cerca de 58.000 euros exatamente nesse modelo, foi lançado o concurso, feita uma empreitada, a Câmara deu o apoio e quem tem que pagar é a Junta de Freguesia, não é verdade o que disse que é sempre a Câmara a fazer e a Junta a acompanhar.

Quanto ao Senhor Deputado Manuel Carvoeiro, hoje colocou um tom inquisitório, mas em relação à situação do regulamento do ruído, temos que contratar uma equipa, todo o regulamento tem que ser fundamentado em índices, nos mapas de ruído, confesso que neste momento com as férias do pessoal, não demos passos ainda palpáveis em relação a esse regulamento, mas é nossa intenção fazê-lo, até porque, não queremos chegar a outro verão



sem termos resolvido essas situações, que estão localizadas e nós sabemos do que estamos a falar, são três ou quatro situações concretas, mas depois há todo um problema de ruído de vizinhança, mesmo em zonas mais urbanas, que temos que acautelar. É uma área muito sensível que temos que tratar com muito rigor e apoiarmo-nos noutros municípios, isto não é um problema exclusivo de Esposende, é de todos os municípios que têm turismo, mas também não podemos abdicar do grande potencial de desenvolvimento turístico que temos no concelho, temos que criar aqui um equilíbrio. Este é um assunto para tratar no próximo mandato, meu ou de quem estiver cá.

Quanto à situação do ensino superior com o IPCA, é verdade.

Eu não sei se teve oportunidade de estar presente na sessão pública, foi lido o protocolo e lá estão pelo menos duas coisas que são importantes, o conceito de universidade de verão, com o que isso implica, não é universidade no verão, é universidade de verão, tem um conceito completamente diferente.

A ideia é criar um conjunto de dinâmicas, utilizando infraestruturas do próprio Município, eventualmente aqui na zona da cidade, mas isso ainda teremos que aprofundar, e criar condições para trazer estudantes, essencialmente estrangeiros, para pós-graduações, não tanto a nível de licenciaturas, mas sim a um nível superior, e depois os cursos TESP (Técnicos Superiores Profissionais) para instalação aqui no concelho, que não conferem grau académico, mas são cursos superiores, têm uma durabilidade de dois anos, têm uma componente prática, em contexto de trabalho e têm depois um conjunto de créditos que permitem evoluir para uma licenciatura.

Isto é Ensino Superior, não há qualquer dúvida sobre isso.

Para nós seria extraordinário, que os nossos jovens pudessem ter aqui uma possibilidade de seguir a sua vida profissional, a um determinado nível, entrando nestes cursos.

Não é nada de novo, nós já andamos há cerca de dois a três anos à volta desta situação com o IPCA, com o IPP e chegamos agora a este compromisso e eu gostava que se valorizassem os compromissos, nós não estamos a falar de um compromisso verbal, estamos a falar ao mais alto nível dentro do IPCA, com o Senhor Presidente e connosco, com a Câmara Municipal, numa cerimónia pública, com um documento que é de carácter público, portanto terei todo o gosto em lho fazer chegar. Entre outras coisas, estou a falar destas duas, mas há um conjunto de outras vertentes muito importantes nomeadamente de utilização de instalações do IPCA da nossa parte e vice-versa, de tecnologias ligadas à Escola Superior de Tecnologia, os jogos digitais, a ideia de apoiarem o desenvolvimento de um "Cluster" ligado aos jogos digitais aqui no nosso concelho, é bastante lato e muito, muito interessante este acordo que nós temos de parceria com o IPCA, portanto não foi nenhuma notícia falsa, é o que nós acordamos e estamos a dizer, acreditamos na boa-fé das instituições e das pessoas acima de tudo.

Quanto às obras na Escola Secundária Henrique Medina, como sabe foi um processo muito complexo e não vou aqui repetir tudo o que tivemos que fazer, foi desenvolvido um projeto e estamos neste momento numa fase, eu não lhe posso apontar uma data, gostaria muito de o fazer e pedimos a sua intervenção se puder, junto da DGESTE para acelerar o processo, de resto a candidatura está aprovada, aquela verba está consignada para aquela obra, mas como sabe são coisas que demoram o seu tempo. O que interessa mesmo é que nós estamos a trabalhar afincadamente nesse projeto até à sua concretização.

Quanto à barra de Esposende, a comunidade piscatória de Esposende e de Apúlia estarão bastante satisfeitas com o desempenho deste executivo, durante este mandato, eu posso dizer-lhe que o molhe são 800 mil euros que estão ali, era uma obra fundamental para resolver.

Quanto à questão da Restinga, é bom que se diga que a Câmara não teve nenhuma interferência naquele projeto, pelo menos eu.

Eu cheguei à Câmara e o projeto estava feito, era um projeto da Polis, uma das ações da Polis que estava prevista, o que nós fizemos foi arranjar financiamento.

Posso dizer que aquela solução que lá está, foi encontrada no âmbito de um grupo de trabalho que foi criado há uma dezena de anos atrás, do qual penso que a Câmara também fazia parte, a Junta de Freguesia, a Universidade do Porto, o ICNF, a APA, um conjunto de instituições ao mais alto nível, com os seus técnicos altamente qualificados, é preciso não esquecer uma coisa, nós estamos numa zona muito sensível e a verdade é que as leis não permitem que se faça um determinado tipo de obras, toda a gente pensa em fazer um enrocamento, a verdade é que tinha que se fazer um estudo de impacto ambiental e quase de certeza que não era possível ter lá as pedras infelizmente, seria a solução de carácter mais definitivo, mas, não era possível e os técnicos tiveram que se cingir ao enquadramento legal que tinham e chegou-se aquela solução, o meu trabalho foi dentro da Polis conseguir um financiamento e pôr a obra no terreno.

O que acontece ali, é que houve um problema com o material que foi utilizado, que não tinha as características que estavam no caderno de encargos. Está em Tribunal essa situação, isto é de carácter público e tem havido reuniões bilaterais entre a Polis, a empresa e fornecedores de material Italianos que também compraram a outras pessoas e essencialmente com a Seguradora.

O que está em cima da mesa neste momento é eles pagarem o prejuízo, ou fornecerem outro material e pagarem os prejuízos para se executar uma obra nova, porque isto não é para brincadeiras estamos a falar de Financiamento Europeu e um dia destes querem ver se a obra está feita ou não está feita e alguém terá que responder por isso. As pessoas pensam que se gastou dinheiro e que foi tudo pelo mar dentro e ninguém vai ser responsabilizado, mas não é assim.

Houve ali um problema e está a ser acautelado, a ser seguido em termos jurídicos, junto dessas entidades e estão a ser apuradas responsabilidades.

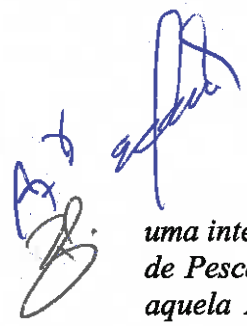
Dáí, lavo eu as minhas mãos, não tive nenhuma responsabilidade direta na escolha do projeto, limitei-me junto da entidade que podia financiar a conseguirmos convencer a tutela a arranjar dinheiro para a intervenção.

Quanto ao molhe, foi da minha total responsabilidade e resultou de uma reunião com a Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, conseguimos avançar com o projeto, e do projeto ir para a obra, está executada e é fundamental para a segurança da barra.

Quanto à dragagem, foi consignada à empresa ABB que terá já o equipamento pronto para começar e tem que começar em breve, sendo certo que se trata basicamente de uma reposição de areias nas praias, mas não é uma solução definitiva, é preciso termos consciência que temos que fazer este trabalho pelo menos de 2 em 2 anos, mantendo um canal navegável, é uma obra de 300 e tal mil euros.

Mesmo assim, a passagem junto ao molhe é muito mais segura hoje, do que era antes do molhe ser feito.

Recordo uma coisa, quem dragou a Doca de Pesca, fomos nós, a Doca de Pesca estava completamente assoreada, quem conseguiu o financiamento do Mar 2020 garantido, de um milhão e oitocentos mil euros, para fazer obras na Doca de Pesca de Esposende e no Portinho de Apúlia, fomos nós. Agora, nesta fase, estão neste momento a ser terminados os projetos,



uma intervenção fundamental para criar melhores condições para os pescadores aqui na Doca de Pesca de Esposende, e, uma coisa eu posso garantir, se eu continuar por cá não deixarei aquela Doca de Pesca por dragar durante 17 anos como ela esteve até agora, que nunca ninguém tinha lá posto uma draga.

A obra, passa de um milhão de euros a intervenção aqui em Esposende, eu penso que é um milhão e setenta mil euros em Esposende e setecentos mil euros em Apúlia.

Se pensarmos no molhe, na dragagem da doca, nas várias obras que foram feitas, mesmo em termos de defesa costeira, eu sinto-me muito satisfeito com o trabalho que foi desenvolvido ao longo deste mandato.

Quanto ao Dr. Agostinho Silva, só lhe posso agradecer as suas palavras, eu também tenho essa convicção, eu já estive noutras Assembleias, enquanto Presidente de Junta vinha às Assembleias Municipais, no mandato anterior fui vice-Presidente e estive sempre presente em todas as Assembleias e confesso que o clima que se viveu durante estes quatro anos, foi um clima bastante favorável, de muita educação, de muito respeito e acho que demos um bom exemplo, acho que o povo de Esposende se pode orgulhar dos deputados municipais que escolheu, não vou dizer tanto em relação ao Executivo, porque eu não quero elogios em causa própria, mas acho que todos foram bastante dignos no exercício das suas funções.

Espero que venha também a ser assim, na próxima composição da Assembleia Municipal e do Executivo.”-----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente e colocou à votação o voto de pesar subscrito por todos os grupos políticos com representação na Assembleia Municipal, no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido a seguinte votação:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EMÍLIA DE SÁ PENTEADO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SRA. EMÍLIA DE SÁ PENTEADO.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JUNHO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de julho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de junho de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.02 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JULHO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de agosto de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de julho de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de julho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de julho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.05 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de julho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Gemeses nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às

 Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.06 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de agosto de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.07 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de agosto de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.08 – APROVAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 20 DE ABRIL DE 2017 RELATIVA À APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de julho de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, a Proposta de Retificação da Deliberação de Aprovação do Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao Ano de 2016, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de agosto de 2017, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento Municipal do Programa Habita +, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, tendo declarado o que se transcreve:

“Sr. Presidente, o PCP concorda com tudo o que é positivo para o concelho e suas gentes. Tem sido sempre esta a nossa atitude aqui, nesta Assembleia e fora dela. Portanto, concordamos com esta proposta de Regulamento. Contudo, e em jeito de advertência, pedimos ao Sr. Presidente da Câmara que não vá para os comícios do PSD, que se avizinham, dizer que as medidas da Câmara são tão boas que até merecem a unanimidade de todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal, incluindo o PCP. Sr. Presidente da Câmara, claro que, se na campanha eleitoral falar desta matéria, então diga às massas que o PCP vota sempre a favor do que é bom e é justo para o POVO. Ficar-lhe-á bem se o fizer!”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

02.10 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de setembro de 2017, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----



Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, tendo declarado o que se transcreve:

“Sr. Presidente, relativamente a este ponto reitero o que disse acerca do ponto anterior atinente à aprovação da Proposta da Câmara sobre o Regulamento Municipal do programa Habita +.

Digo, ainda, que vou votar a favor da Proposta da Câmara Municipal de Esposende sobre o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, não obstante constatar que há aspetos que deveriam constar deste documento que, na nossa perspetiva são fundamentais. Efetivamente deveria estar claro que as empresas só beneficiariam de incentivos caso criassem trabalho estável e com direitos, não o emprego precário, sem direitos como acontece, por exemplo, com o mau exemplo de algumas grandes superfícies comerciais que pontificam em Esposende. É que não importa criar emprego, se o mesmo não incorporar tecnologia, se o trabalho não for dignificante, se não forem respeitadas regras fundamentais de higiene e segurança, se não for cuidada a estabilidade dos postos de trabalho. Estes, para o PCP, são aspetos centrais. Cremos que este regulamento assume um caráter dinâmico, isto é, será objeto de monitorização, reavaliação e, em consequência, alterado/melhorado, acolhendo as questões/preocupações que ora enuncio. Também, por isto, o nosso voto a favor.”-----

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu com a leitura do preambulo do Regulamento em causa, nos seguintes termos:

“Salvaguardas - artigo 11º - “Os contratos de Investimento outorgados serão levados ao conhecimento da Assembleia Municipal com vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento” ...;

Alínea a) nº 1 do artigo 12º - “Os beneficiários dos incentivos comprometem-se a manter a iniciativa empresarial em causa no Concelho de Esposende por um prazo não inferior a 10 anos”;

Penalidades – nº 2 do artigo 13º - “As penalidades deverão ser proporcionais e no mínimo iguais ao apoio concedido pelo Município e quantificado no Contrato de Investimento,” ...;

E nº 4 do mesmo artigo – “Compete aos serviços técnicos da Câmara Municipal, acompanhar a execução do Contrato de Investimento, bem como, em caso de incumprimento, elaborar proposta de resolução do Contrato e aplicação de penalidades para aprovação pela Câmara Municipal.”

Salvaguardamos tudo isso, tentamos ainda que retroagisse este regulamento ao dia 1 de janeiro.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----



Vereador Dr. Maranhão Peixoto e ele também ainda não me atendeu e por falar nele, como sabem nós temos um processo de uma dita ilegalidade de um bar no recinto de Ofir, que está a ocupar o espaço público. A Câmara ultimamente tem atuado e o Senhor Presidente tem dado o peito às balas, mas a senhora interpôs uma providência cautelar e eu falei com o Senhor Vereador e disse-lhe: "eu quero fazer uma coisa igual" e o Senhor Vereador disse que não, porque aquilo está ilegal e vai abaixo e a sua também.

Mas, o Dr. Peixoto disse à Senhora que era uma excelente ideia e será uma esplanada tipo a implementar pela Câmara Municipal nos demais estabelecimentos, está aqui escrito, está no Tribunal e o Senhor Vereador vai depor na qualidade de testemunha. Como é que a mim não me deixou fazer igual, quando a ela lhe diz que é uma excelente ideia e será uma esplanada tipo?

No dia 10 de julho de 2014, o Dr. Peixoto tendo recebido a notificação e porque assumiu o compromisso de licenciar a esplanada, eu acho que isto é muito grave, eu insinuei, eu disse, Senhor Vereador a senhora de lá, diz que tem um padrinho na Câmara, que bastava ligar para lá que ficava tudo resolvido.

A outra situação é da iluminação pública, eu estive aqui há mais ou menos um ano e falei na iluminação de Ofir, a minha esplanada tem sido vandalizada, tenho vidro partidos, embora eu tenho câmaras de vigilância, e estou à espera que coloquem lá as leds, nós precisamos de trabalhar, mas por favor deem-nos uma ajuda.

Muito obrigado!"

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. José Luis Dias Ribeiro, que em síntese disse:

"Uma interpelação ao Dr. Manuel Carvoeiro, o bem maior que temos nas sociedades democratas são as eleições, ele vai ser eleito e o Senhor vai continuar aqui. O que não admito como cidadão é o comportamento do Senhor Deputado nesta Assembleia Municipal, numa aliança com o PSD."

O Presidente da Mesa retirou a palavra ao Sr. José Luis Dias Ribeiro, explicando-lhe que o mesmo não podia interpelar diretamente um membro da Assembleia, apenas dirigir as suas questões à mesa, pelo que não poderia continuar a sua intervenção, dando assim de seguida, a palavra ao terceiro inscrito, Sr. Professor Manuel Hermenegildo, que em síntese disse:

"É a primeira vez que participo nesta Assembleia Municipal, porque nas Reuniões de Câmara abertas ao público faço questão de estar presente, porque é uma questão de viver a cidadania de uma forma ativa e participativa. Nós só podemos criticar, se estivermos no local próprio, senão não adianta nada.

O que me trás aqui hoje e depois de ouvir tudo aquilo que foi dito, queria colocar duas questões e gostaria de ser esclarecido sobre elas, tem a ver com a contratação de um técnico superior com licenciatura em História e de um licenciado em Eng.ª Biológica, não sei em que ponto está, porque segundo informação que eu recolhi e segundo parecer que foi feito ao Provedor de Justiça o concurso teria sido anulado, não sei se neste momento o concurso continua, se não continua, se foi em frente, se não foi em frente, gostava de saber em que ponto está a situação.

O segundo ponto tem a ver com o Parque da Cidade, fala-se que Esposende vai ter o Parque

02.11 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de agosto de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e com autorização do Presidente da Mesa da Assembleia, o mesmo deu a palavra à Senhora Vereadora Eng.ª Raquel Vale, para que a mesma desse uma breve explicação do assunto.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, E ASSIM APROVAR A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.12 – ESPOSENDE AMBIENTE, EM - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE DE 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de agosto de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre de 2017 da Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. José Manuel Costa Lopes Cardoso, que em síntese disse:

“Boa noite,

Há duas situações que quero denunciar nesta Assembleia:

A primeira é que tenho um estabelecimento comercial na primeira linha de água em Ofir e todos os anos a EAmb coloca lá um contentor que devia servir de posto de primeiros socorros, mas não passa de um depósito de lixo e quando eu não deixo colocar à minha porta o contentor, o Eng.º Pedro Capitão coloca mais ao lado, para depois na manhã seguinte o colocar junto à minha vitrine, dizendo que está em terreno público.

Fui à Câmara e pedi uma audiência ao Senhor Presidente da Câmara e essa audiência ainda não me foi concedida, mas estou desde 2015 à espera de uma audiência com o Senhor



E quanto à questão das esplanadas, o Senhor sabe que tínhamos marcada para o dia 6 de julho a remoção e muito à pressa surgiu a providência cautelar, fomos notificados e tivemos que suspender a remoção, embora tivéssemos tudo preparado para a remoção, mas isso vai acontecer mais dia, menos dia, embora em boa verdade, os senhores estão a ser prejudicados pela permanência lá daquela infraestrutura.

Não foi que eu não tivesse feito tudo, até para convencer as pessoas, chamei-os à Câmara, disse-lhes que não podiam ter lá aquilo, que tinham que retirar, mas as pessoas simplesmente não querem saber daquilo que eu disse. Aliás, na altura disse-lhes que teriam que desmontar aquilo que não estava de acordo com a Lei, havia coisas que podiam ficar, o estrado não tinha problema, aliás, o Dr. Maranhão esteve presente nessa reunião comigo, fizemos questão de confrontar as pessoas com isso, eles disseram, muito bem, que iam falar com o Arq.to Aurélio para ver exatamente o que se tinha que retirar para cumprir com a Lei, podíamos ir por esse caminho e a verdade é que dali a uns dias, tínhamos era uma providência cautelar.

Isto denota que, a credibilidade das afirmações que constam da providência cautelar e nomeadamente o que está escrito, que terá dito o Dr. Maranhão Peixoto, também é suscetível de dúvidas, atendendo à circunstância do que se passou naquela reunião, porque o Dr. Maranhão estava lá, comigo nessa reunião, com ela e com o marido e em momento algum eles disseram exatamente o que aí foi dito.

Até porque, é preciso perceber que aquela esplanada quando foi colocada no início, não estava propriamente ilegal, o problema é que eles depois foram construindo à volta de quatro suportes e de uma base um estabelecimento, basicamente é isso, foram fechando, colocaram lá tudo e mais alguma coisa. Inicialmente a coisa não seria tão grave assim, depois acabou por haver um abuso permanente dessa situação, mas como lhe digo, estamos apenas à espera da decisão do Juiz, para procedermos à remoção, tão simples como isso.

De resto, quanto à iluminação estava a tentar ver se o Eng.º Encarnação me respondia, o processo está mais do que arrumado, falta instalar lá os Leds, já pagamos e não pagamos pouco, são cerca de treze mil euros que pagamos pela instalação dos leds na zona do estacionamento, tal como lhe tinha prometido, não me respondeu mas penso que isso estará prestes a ser colocado e a ser melhorada lá a iluminação.

Quanto à questão do Senhor José Luis Dias Ribeiro, não me foi dirigida, tem a ver com uma situação muito concreta.

Quanto à situação do Senhor Manuel Hermenegildo, a contratação dos técnicos, vou deixar que a Senhora Vereadora explique.

Quanto à questão do Parque da Cidade, temos neste momento, na cave do edifício da Câmara Municipal, uma exposição com painéis onde explica exatamente o teor do projeto que está feito, entre outros que lá se encontram igualmente expostos, os mais relevantes do Município, é um espaço de acesso público, junto ao arquivo.

Por outro lado também temos umas estruturas colocadas na cidade, em que tem algumas plantas dos projetos mais importantes, estão colocadas junto aos Socorros a Náufragos.

O Parque da Cidade está previsto para a zona onde já era falado há imenso tempo, desde a zona do estaleiro, até à ponte D. Luis Filipe, vulgarmente conhecida por Ponte de Fão, toda essa zona da parte da estrada para o rio, serão cerca de vinte e tal hectares que ali estão.

Os projetos já existem e estão ao dispor para consulta por quem quiser e é mesmo para isso que aí estão, não é um projeto definitivo, não é um projeto de execução, está bastante

*da Cidade, já se gastaram algumas centenas com tudo aquilo que é a orgânica para que se concretize, só queria perguntar onde é que vai ficar o dito Parque da Cidade, não sei e portanto gostaria de saber.
Muito obrigado pela atenção.”*-----

Por fim o Presidente da Mesa deu a palavra ao quarto inscrito, Dr.^a Anabela Rosário, que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara
Restantes elementos da Assembleia Municipal*

Venho aqui porque tomei conhecimento das taxas que foram aplicadas num processo de licenciamento que são elevadas e de acordo com o PERU – Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, deveriam ser dados incentivos para investir na reabilitação dos centros urbanos, para acabar com as ruínas que descaraterizam os nossos centros históricos e com estas taxas elevadíssimas, gostava de saber se não seria conveniente analisar estas taxas, se não deveriam ser revistas, porque acabam por ser um desincentivo ao investimento e à promoção da reabilitação.

Depois também venho cá e já que aqui tanto se falou no exercício da Democracia e no respeito que devemos ter todos uns para com os outros, venho aqui pedir ao Senhor Presidente que, não fique só pelas palavras Senhor Presidente, atitudes são importantes para o concelho e respeito pela democracia exige-se e impõe-se aqui no nosso concelho, porque não tem vindo a ser aplicada.

Obrigada e boa noite.”-----

Neste momento a Senhora Vereadora Dr.^a Berta Viana interveio sem autorização do Presidente da mesa pedindo que ficasse registado em ata que lhe fez o pedido e o Senhor Presidente da mesa não a autorizou a intervir.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu a Senhora Vereadora, dizendo-lhe que o Regimento não permitia a intervenção de um Vereador da Câmara Municipal em nenhum dos períodos, apenas do Senhor Presidente da Câmara que é quem representa o Órgão Executivo.---

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Antes de mais queria agradecer as questões colocadas e vou tentar responder da forma mais esclarecedora possível.

Quanto à questão do Senhor José Manuel Costa Lopes Cardoso em relação ao contentor, talvez o melhor fosse mesmo agendar uma reunião com o Eng.º Pedro Capitão, até porque, de alguma forma foram aqui feitas acusações e é necessário confrontar as pessoas e esclarecer as coisas para que não fiquem questões no ar.

A zona do Ofir, como sabe é uma zona que está um pouco desorganizada, ali aquela praça, nomeadamente a questão das esplanadas.

não há nenhum défice democrático. Na altura o Dr. Nuno estava de férias, eu falei com a Senhora Vereadora dos Recursos Humanos e pensamos, bem o Augusto está na parte de aprovisionamento no armazém, ele vai de férias agora, entretanto a Dr.ª Anabela vem durante pouco tempo, porque entretanto eu tomei conhecimento que ela estava numa lista, eu sabia que ela iria pedir a suspensão por um período de 15 dias, 3 semanas, ela vai para lá, o Augusto vai de férias, ela ocupa o posto de trabalho dele, entretanto o Dr. Nuno não estava sequer, que é o chefe da Divisão dos Serviços Financeiros, tem a responsabilidade pelo aprovisionamento e dar-lhe-ia indicações.

Ao fim de um dia ou dois, cruza-me com a Dr.ª Anabela, aqui num dos concertos e ela diz-me: "Senhor Presidente o que é que o Senhor me está a fazer? Está-me a castigar!"

Anabela, à frente desta gente toda, com toda a frontalidade, não é nada disso, não tinha onde te colocar em termos concretos, foi a situação que me surgiu na altura, eu sei que às vezes custa ouvir as verdades, mas quando tomamos certas atitudes, também temos que ter a capacidade depois de ouvir as verdades, que eu não tenho nada a esconder.

Ao fim de dois dias, a Dr.ª Anabela, confrontou-me, num dos concertos em que eu estava com a minha família, nem sequer estava em contexto de trabalho, mas isso não importa, e ela diz-me: "o Senhor Presidente anda-me a perseguir, eu vou para a SIC, vou chamar a SIC, que eu estou a ser perseguida!" ao fim de dois ou três dias de estar no local de trabalho, com uma secretária à frente, com um computador, não era o seu, mas era o do seu colega de trabalho e com um telefone disponível.

A ideia de tentar passar lá para fora de que anda a ser perseguida, mais facilmente eu a punha a trabalhar o dobro, do que lhe tirava o trabalho, disso nunca se vai queixar, nem a Senhora nem nenhum trabalhador dentro da Câmara. Mais facilmente eu lhe dava o dobro das tarefas, os trabalhadores têm um salário na Câmara, é para trabalhar, não é para ficarem sentados sem fazer nada.

Há situações que são muito graves, isso tem sido dito por todo o lado, eu não sou surdo graças a Deus e muita gente me tem vindo dizer que a Dr.ª Anabela está a utilizar esse discurso.

Isso é completamente falso, completamente mentira.

Posso-lhe dizer que a Eng.ª Raquel, que tem a responsabilidade sobre os Recursos Humanos, enviou-lhe um e-mail a explicar esta situação exatamente que estou aqui a dizer, quando o Dr. Nuno viesse dar-lhe-ia as funções.

Ainda hoje, por coincidência ou não, o Dr. Nuno veio falar comigo para me esclarecer relativamente a outros assuntos da Assembleia e eu perguntei-lhe como é que estava a situação da Dr.ª Anabela, pode ir ver a data e a hora do e-mail se hoje antes de eu vir para aqui não seguiu um e-mail para o Dr. Nuno, com conhecimento para si, a dizer exatamente se a questão estava resolvida, se não estava, como é que estava.

A Senhora tem um posto de trabalho, tem um computador, tem um telefone à sua frente e tem funções para fazer ligadas à área do aprovisionamento. Portanto, ponto final para mim neste assunto.

A ideia de tentar enganar as pessoas lá fora, dizendo que eu ando a perseguir os trabalhadores, isso nunca aconteceu, nem vai acontecer comigo. Os trabalhadores comigo estão para trabalhar na Câmara, não é para os encostar à parede ou virá-los para a parede."

Foi de seguida pelo Senhor Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, dada a palavra à Senhora Vereadora Eng.ª Raquel Vale, para que esta esclarecesse a questão colocada pelo Prof. Manuel Hermenegildo, sobre a contratação dos técnicos superiores, tendo a

evoluído, mas é uma ideia, inclusive fizemos na parte final do mandato um vídeo, que reporta já em 3D mais ou menos aquilo que vai ser o Parque da Cidade.

Quanto às questões colocadas pela Dr.ª Anabela Rosário Faria, quanto às taxas, nós em relação ao PERU, as siglas são estranhas mas tem a ver com as quatro áreas de reabilitação urbana que temos. Como sabem, o PERU já foi feita a sua apresentação e prevê de facto um conjunto de benefícios e de isenções que ainda não estão em aplicação, do que estamos a falar é da aplicação das taxas conforme o regulamento atual as prevê e não das isenções que advêm depois dos benefícios do PERU.

As taxas que estão a ser aplicadas neste momento, sem estar em vigor o PERU, são exatamente as mesmas, que se pagavam há um ano, ou dois, ou três atrás.

De qualquer modo, sempre valerá a pena dizer que o Regulamento terá que ser revisto e já é uma intenção nossa há bastante tempo, no sentido de adaptarmos algumas questões em relação às taxas, mas neste caso concreto o que interessa mesmo são os benefícios que estão indexados, porque toda a gente que tiver que fazer obras neste contexto, vai ter direito a esses mesmos benefícios e portanto não terá que pagar.

Eu gostaria muito de fazer aqui, aquilo que acabamos de fazer agora em relação aos Incentivos e fazer retroagir o regulamento, o que temos para aprovação, pelo menos ao início deste ano, para que toda a gente que fez obras durante este período e que pagou as licenças, pudesse vir a beneficiar disso mesmo.

Aliás, eu tenho uma promessa feita publicamente, aos agricultores, exatamente de virem a ser ressarcidos do pagamento das taxas, que fizeram nesse sentido.

É exatamente a mesma circunstância, as pessoas tinham que andar, tinham que apresentar os seus projetos para financiamento comunitário, tinham que levantar as licenças e tiveram que pagar as taxas que estão em vigor agora e era muito injusto que eles não viessem a ser ressarcidos daquele valor, quando os colegas deles vão ser, daqui a um mês, ou dois, ou três.

É exatamente o mesmo princípio.

Quanto à questão da Democracia, Dr.ª Anabela, eu sou muito direto e não colocou a questão, mas eu vou colocá-la por si, para que fique tudo esclarecido quanto à sua presença nesta Assembleia.

A Dr.ª Anabela pediu para sair da Câmara durante um período de dez meses.

Na altura, nós tínhamos preparado a Dr.ª Anabela para colaborar com a Dr.ª Custódia no apoio às Reuniões de Câmara e às Assembleias Municipais, demos-lhe todo o apoio interno para que ela tivesse um trabalho que eu penso que é da maior dignidade possível.

Quando nós tínhamos a Dr.ª Anabela a trabalhar, perfeitamente sintonizada com o trabalho da Dr.ª Custódia, a Dr.ª Anabela pediu para sair. Eu olhei para os interesses da trabalhadora e deixei-a sair, porque eu não era obrigado a dar-lhe a licença sem vencimento, inclusive estava a fazer-nos muita falta, porque não tínhamos mais ninguém para o fazer.

Tendo saído a Dr.ª Anabela, pedimos à Dr.ª Mafalda, requisitámo-la à Esposende Ambiente, uma trabalhadora nossa, tivemos que a adaptar, demos-lhe formação, tivemos que a preparar para estas funções.

Entretanto a Dr.ª Anabela regressa à Câmara Municipal, isto foi há pouquíssimo tempo atrás, era preciso encontrar um local para a Dr.ª Anabela trabalhar e na altura, isto foi, não vou dizer de surpresa, mas não tive muito tempo para preparar essa situação e sabíamos que lá em cima, no armazém e não é nenhuma prisão, eu percebo e vou dizer as palavras todas para ficar aqui esclarecido em frente de toda a gente, que é assim que eu gosto de estar na política

mesma respondido, nos seguintes termos:

“De facto, houve dois procedimentos concursais que até chegaram a vir aqui a esta Assembleia, dois procedimentos que, de acordo com orientação do Provedor de Justiça, foram anulados.

Um, porque foi entendido que estaríamos a limitar as funções do trabalhador a uma área confinada, quando deveríamos promover o concurso com uma área mais alargada, que foi o de História, que passou para a Cultura, para poder depois trabalhar em diversas áreas.

O outro, destinado a Engenharia Biológica fizeram-nos ver que de facto, para as funções que era, para o serviço de Auditoria Interna, Qualidade e Inovação, faria sentido alargarmos o leque de candidatos na área da Engenharia, da Economia e da Gestão, que nos pareceu aceitável e assim fizemos. Anulamos os primeiros, já foram publicitados os dois novos, já passamos a fase de recolha de candidaturas, estamos agora na fase de seleção de excluídos, ver quem são os admitidos e os excluídos.”-----

Intervio ainda o Dr. Manuel Carvoeiro, após devidamente autorizado para intervir, pelo Presidente da Mesa, dizendo que gostaria de fazer uso da figura regimental de defesa da honra, dizendo o seguinte:

“Neste período usou da palavra o munícipe José Luís Ribeiro. Na sua intervenção, e em violação do Regimento – uma vez que não colocou qualquer questão ao Sr. Presidente da Câmara ou à Mesa da Assembleia Municipal -, dirigiu-se a mim, de forma desabrida e num tom difamatório, afirmando que eu “dava uma no cravo outra na ferradura”, pretendendo insinuar que, na minha ação/intervenção política na Assembleia estava conluiado com o PSD!!! Afirmou que eu, no fundo, desejava era o regime da Coreia do Norte e da Venezuela! Ora, perante este ataque pessoal solicitei ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para usar da palavra, invocando, para o efeito, a figura regimental - ‘defesa da honra’-, para o que fui autorizado e respondo nos seguintes termos:

O Sr. José Luís Ribeiro já foi deputado municipal pelo PS, pelo menos, no mandato 2005 – 2009. Nesse mandato, como nos subseqüentes, sempre atuei da mesma forma e, na altura, o Sr. José Luís Ribeiro até expendeu palavras de apreço, laudatórias, até, acerca das minhas intervenções. Estranho, agora, esta atitude violenta do Sr. José Luís Ribeiro para comigo, posição que não encontra suporte na realidade dos factos. Sempre estive do mesmo lado, com a mesma postura de sempre e o Sr. José Luís sabe que assim é!”-----

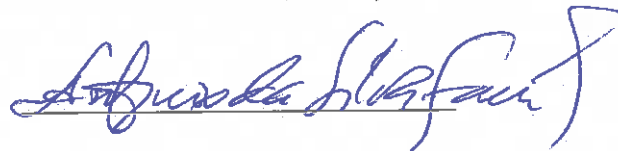
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA por UNANIMIDADE para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 21 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

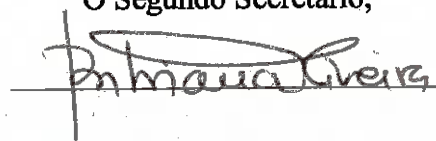
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



At
BF


MINUTA DA ATA

N.º 04/2017

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

**Realizada em
14 de setembro de 2017**

